



**República de Moçambique**

**Presidência da República**

**POR UM SISTEMA DE JUSTIÇA MODERNO E ECONOMICAMENTE ACESSÍVEL**

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da Cerimónia de Abertura do Ano Judicial 2020

**Maputo, 04 de Fevereiro de 2020**

**Senhora Presidente da Assembleia da República;**

**Venerando Presidente do Tribunal Supremo;**

**Venerando Presidente do Tribunal Administrativo;**

**Veneranda Presidente do Conselho Constitucional;**

**Digníssima Procuradora-Geral da República;**

**Digníssimo Provedor da Justiça;**

**Senhora Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;**

**Senhores Ministros;**

**Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados;**

**Venerandos Juizes Conselheiros;**

**Digníssimos Procuradores Gerais-Adjuntos;**

**Senhores Representantes do Corpo Diplomático Acreditado em Moçambique;**

**Senhora Secretária de Estado na Cidade de Maputo;**

**Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;**

**Cara família da Justiça;**

**Distintos Convidados;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

Sendo esta a primeira oportunidade que temos para interagir com os membros desta grande e prestigiada família, saúdo a todos os presentes e, por vosso intermédio, a todos os operadores judiciais espalhados ao longo de todo o território nacional.

Dirijo um cumprimento especial a todos os magistrados, oficiais de justiça, advogados, agentes da PRM e da Guarda Penitenciária, defensores públicos do IPAJ e demais funcionários da Justiça, pelos resultados alcançados no ciclo passado e, com particular realce, no ano transacto.

O nosso desejo é que continuem comprometidos com a construção de um Estado de Direito democrático, que salvaguarda os direitos de todos os cidadãos, em particular os mais vulneráveis.

Ocorrendo esta cerimónia no auge da época chuvosa que está a provocar sofrimento e luto a muitas famílias moçambicanas, tomo esta oportunidade para estender a nossa solidariedade aos afectados, reiterando o compromisso de dar o nosso máximo para mitigar o impacto desta desgraça.

A nossa solidariedade é extensiva aos concidadãos vítimas de ataques armados no Norte e Centro do país.

### **Distinta Família da Justiça!**

Iniciamos há dias o nosso segundo ciclo de governação. No nosso discurso inaugural, partilhamos com o Povo moçambicano as linhas mestras que vão conduzir a nossa actuação nos próximos cinco anos.

Na altura, afirmámos que um dos sectores ao qual pretendemos dedicar particular atenção é o Sector de Administração da Justiça.

O lema por vós escolhido para a celebração deste momento, ***“Por um sistema de justiça moderno e economicamente acessível”***, é bastante oportuno.

Ele está alinhado com os desafios que temos por enfrentar, para que a nossa Justiça se modernize e se torne mais próxima de todos quantos dela precisam.

No primeiro ciclo da nossa governação, percorremos o país, de lés a lés, interagindo com cidadãos de diferentes extractos sociais.

Desse contacto, pudemos constatar que parte das frustrações do nosso Povo está relacionada com o funcionamento da Justiça e/ou com o modo de actuação da nossa Polícia.

Preocupa ao cidadão o facto de as instituições estarem distantes fisicamente, terem um ritual e uma linguagem inacessíveis, o “jogo de empurra” de responsabilidades entre as instituições e as despesas que os processos acarretam que nem sempre são comportáveis.

Ao cidadão preocupa, igualmente, a falta de celeridade, o facto de algumas decisões estarem em colisão com os hábitos e costumes locais e, por vezes, as penas aplicadas aos infractores não compensarem ao cidadão lesado, que só quer o seu bem de volta.

Este pedido de socorro do nosso Povo deve ser ouvido, estudado e compreendido, de modo a merecer um esclarecimento do poder instituído, que pode ser o Judiciário, o Executivo e/ou o Legislativo.

Na procura de soluções, tivemos o privilégio de dialogar com actores relevantes da sociedade, como juristas, sociólogos, historiadores, vendedores de rua, donas de casa e até jovens estudantes. Todos foram unânimes em afirmar que o nosso judiciário deve possuir condições que permitam que qualquer cidadão se sinta à vontade para procurar os seus serviços.

O cidadão economicamente vulnerável; o que não domina a língua oficial, mas é fluente numa das línguas nacionais; o cidadão com deficiência; enfim, todo aquele que procura a nossa justiça, seja ele moçambicano ou não, deve encontrar no judiciário um espaço adequado para o exercício da cidadania, um local onde os seus direitos são assegurados de forma confortável.

É com base nesses pressupostos e nas circunstâncias em que o sistema foi produzido, diferentes da realidade actual, que se mostra premente a modernização, ou mesmo reforma, de modo a facilitar o acesso e a inclusão judicial.

**Honrada Família da Justiça,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

Não constitui segredo que o nosso sistema de justiça, em muitos aspectos, não se identifica com o presente da nossa população e muito menos com o seu futuro. E este tem sido também o grito dos magistrados quando pretendem deliberar sobre algumas matérias complexas.

A reforma do Direito e da Justiça é uma necessidade que se impõe, por forma a garantir a efectividade dos direitos e deveres dos cidadãos, tornando o sistema um factor de promoção da cidadania, da coesão e da paz social.

O nosso Judiciário deve estar à altura de responder aos grandes desafios do combate à criminalidade, em geral, sem descurar do combate à criminalidade organizada que, hoje, constitui um flagelo que ameaça a nossa estabilidade social e política. De igual modo, a Justiça deve cooperar com os demais poderes do Estado, e vice-versa, de modo a contribuir para o desenvolvimento económico.

A justiça deve facilitar o ambiente de negócios e tornar o mercado nacional mais atractivo, competitivo e seguro para o investimento privado, nacional e estrangeiro.

Para alcançar estes objectivos, identificamos algumas áreas que, neste quinquénio, vão merecer a nossa atenção.

## **(A) O COMBATE À CORRUPÇÃO**

**O combate à corrupção**, que é a vossa actual marca (e aproveitamos para saudar pelo vosso empenho individual e colectivo), é uma batalha que devemos prosseguir com todo vigor.

Urge consolidar a cultura de transparência na gestão da coisa pública, a prática da prestação de contas e a responsabilização, em todos os níveis da sociedade.

Com a vossa colaboração, adoptaremos medidas, visando reverter a decadência de valores como a integridade, a honestidade, a transparência e o profissionalismo.

Entendemos que, neste domínio, apesar da necessidade do envolvimento de toda a sociedade e de todos os órgãos do Estado, o Judiciário tem um papel relevante, na sua qualidade de guardião da lei, que se traduz na responsabilização dos agentes do crime, bem como no precedente efeito da prevenção especial e prevenção geral.

Para desempenhar correctamente o seu papel, o próprio Judiciário deve ser digno, respeitável e credível. O Judiciário deve enraizar, ele próprio, como parte da sua cultura, os valores de patriotismo, da independência, integridade, imparcialidade e isenção.

Queremos um judiciário que, tal como resulta da Constituição da República, contribua para a construção de uma sociedade na qual ninguém se sinta acima da lei e todos sejam, perante a lei, tratados de forma igual, independentemente do seu estatuto.

Temos que desenvolver uma cultura de respeito pelas leis e pelas decisões dos tribunais.

A construção dum Estado de Direito Democrático pressupõe o respeito pela legalidade, cumprindo as leis emanadas dos órgãos democraticamente eleitos.

O Judiciário também deve preocupar-se, em alto grau, com a componente de educação do cidadão para o conhecimento da lei e seu cumprimento consciente. O domínio da legislação pelo cidadão é uma ferramenta essencial para o exercício da cidadania e facilita o trabalho do judiciário.

Queremos que se desconstrua a tendência de se considerar que a corrupção reside só nas chefias ou nas lideranças. Contudo, é correcto que o combate à corrupção inicie nos níveis que devem servir de exemplo, e nesse aspecto, às lideranças é reservado um papel central. O combate à corrupção deve atingir a todos, sejam grandes ou pequenos corruptores ou corrompidos.

## **(B) REFORMA LEGAL**

A continuidade da **reforma legal** é outro dos compromissos que assumimos.

Durante o quinquénio passado, vários instrumentos legislativos foram propostos e aprovados para fazer face às necessidades modernas da Justiça. Referimo-nos, designadamente, aos seguintes instrumentos:

- (i) Código Penal, Código de Processo Penal;
- (ii) Código de Execução de Penas;
- (iii) Lei da Família;
- (iv) Lei das Sucessões;
- (v) Lei sobre Prevenção e Combate às Uniões Prematuras;
- (vi) Lei de Cooperação Jurídica e Judiciária e
- (vii) Lei dos Tribunais de Trabalho.

Daí a necessidade de uma reforma legal como forma de harmonização legal e integrada.

A reforma legal, que deve ser encarada numa perspectiva positiva e abrangente da Reforma do Direito e da Justiça, continuará a ser uma prioridade no novo ciclo governativo. É nosso objectivo simplificar, desregulamentar, desburocratizar e racionalizar o processo legislativo. Desta forma, estaremos a contribuir para o desenvolvimento do país que, doravante, terá a sua economia sustentada, em

grande medida, pela contribuição dos recursos naturais, com destaque para os hidrocarbonetos.

A Reforma deve, também, permitir que o nosso sistema de Justiça atenda às preocupações reais e concretas de Moçambique, em todos os domínios da vida política, económica e social.

**Ilustres Magistrados,**

**Distintos Advogados,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

A revolução que queremos no nosso sistema de justiça, não deve ser apocalíptica. Deve, sim, encontrar uma marcha colectiva, caracterizada por pragmatismo e realismo, que nos permita, o quanto antes, ter um sistema que responda às reais necessidades da nossa sociedade e do nosso Estado. Deve encontrar acolhimento dos fazedores e dos beneficiários da justiça, bem como da máquina judiciária. Para tal, deve haver coragem suficiente de todos os intervenientes.

Entendemos que a reforma da Justiça e do Direito, apesar de necessária, não deve ser feita de forma utópica, a *bel-prazer* e apressadamente, sob pena de adoptarmos soluções prematuras, precárias e ineficazes.

Não podemos, sistematicamente, fazer uma reforma casuística, sem a preocupação com a perfeição, com o risco de aprovarmos leis que sejam, à nascença, inviáveis.

A reforma deve ser feita com envolvimento governativo, judiciário e legislativo, tendo em conta que, volvidos quase 45 anos da nossa independência, muita coisa mudou e o ritmo da nossa economia é bastante diversificado.

Por isso, para flexibilizar e melhor encaminhar o processo da Reforma do Direito e da Justiça, **criaremos um grupo de trabalho multidisciplinar, que deverá trabalhar neste projecto**, de modo a garantir que a reforma não seja sectorial,



mas global e integrada e responda às necessidades do país real. Este grupo de trabalho, deverá apresentar propostas assentes num diagnóstico prévio da situação da nossa Justiça, colhidas todas as sensibilidades da nossa sociedade.

### **(C) JUSTIÇA COMUNITÁRIA**

A valorização da **Justiça Comunitária** deve observar-se nas suas diversas vertentes de ordens normativas e instâncias de resolução de disputas, da justiça restaurativa, especialmente na vertente de meios alternativos de resolução de disputas.

A justiça comunitária que resulta da nossa cultura e das nossas tradições é fundamental. Deverá, por isso, merecer especial atenção no processo da reforma do Direito e da Justiça.

Mostra-se pertinente proceder à revisão da Lei que cria os Tribunais Comunitários, definir a sua competência material, clarificando o tipo de infracções a julgar, bem como as sanções aplicáveis e a dimensão da sua autonomia.

Importa, igualmente, reflectir sobre a sua intervenção relativamente aos diferendos resultantes dos **casamentos tradicionais, terras comunitárias**, entre outros, afastando dos tribunais judiciais questões de pequeno teor ofensivo sem, contudo, abdicar da sua responsabilidade final sobre o sistema da justiça.

### **(D) REGIME DE CUSTAS JUDICIAIS**

A revisão do **regime de custas judiciais** é outro dos elementos que requer reflexão, na perspectiva de uma mudança que se traduza na adopção de um regime de apoio judiciário e de custas.

Deve cumprir o desiderato constitucional que confere aos moçambicanos o acesso aos tribunais em condições de igualdade.

Esta é uma das formas concretas de inclusão e de exercício de justiça social.

O regime de custas, no modelo actual, não é de fácil compreensão até mesmo para os próprios operadores do Direito. Muitas vezes, concorre para a denegação da justiça ou para propiciar actos de corrupção, por não facilitar a visualização da transparência.

A revisão do regime de custas, que não deve significar apenas a redução, ou não, dos valores, deve concorrer para a simplicidade e consequente facilidade de compreensão do seu cálculo.

A revisão deve, ao mesmo tempo, garantir que ninguém seja impedido de recorrer à Justiça por razões económicas.

## **COMPARTICIPAÇÃO EMOLUMENTAL**

Outro aspecto, associado ao regime de custas é o da **comparticipação emolumentar**.

Em intervenções anteriores, foram mencionados os constrangimentos do regime actual, que concorrem para a distorção na remuneração e na gestão processual, em prejuízo das partes processuais.

A solução apontada, de incorporação da comparticipação emolumentar no salário, merece uma reflexão, no entanto, numa perspectiva realista da economia nacional e das boas práticas universais.

**Venerandos Presidentes;**

**Digníssima Procuradora-Geral da República;**

**Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

A visão que acabamos de partilhar é parte do que pretendemos que seja considerado durante este ciclo de governação.

Perante vós, renovamos o nosso compromisso de observar o princípio de separação e **independência dos Poderes**.

No mandato passado, registámos avanços significativos, embora não na dimensão desejada, na implementação de um modelo de independência e autonomia financeira do Judiciário.

Pretendemos avançar rapidamente e consolidar tal independência, adoptando um modelo de autonomia total do Judiciário na gestão dos seus recursos.

Também registámos progressos na componente da regulamentação dos direitos e regalias dos Magistrados, processo que deverá ser prosseguido no mandato que ora iniciámos. Naturalmente, doseados em função da realidade do país e das experiências de sucesso existentes.

Não menos importante, foi a aprovação do Estatuto dos Oficiais de Justiça e Assistentes de Oficiais de Justiça, bem como a redução do fosso remuneratório entre estes e os funcionários do regime geral afectos aos tribunais, Conselho Constitucional e procuradorias. Continuaremos a seguir atentamente o processo de implementação destas medidas e trabalharemos de modo a harmonizar a situação do quadro do pessoal do Gabinete de Combate à Corrupção.

**Ilustres Convidados,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

Dissemos, no início desta intervenção, que o lema escolhido reflecte o compromisso que assumimos com o povo.

A reflexão que acabamos de partilhar tem como objectivo último contribuir para o enriquecimento da visão sobre a modernização e facilitação do acesso do cidadão à Justiça, que o aparelho judicial se propõe a implementar.

Queremos igualmente ver concretizado o nosso desejo de envolvimento de todos os órgãos do Estado, incluindo o Governo e a Assembleia da República na tomada de medidas que permitam a modernização e facilitação do acesso do cidadão à Justiça que se propõe implementar.

Como Governo, continuaremos a dar o nosso contributo para que o Judiciário cumpra cabalmente o seu papel.

É assim que, dentro de dias, procederemos ao lançamento da primeira pedra para a construção de raiz do edifício sede do Conselho Constitucional, conferindo maior dignidade e conforto a este órgão de soberania.

Reconhecendo a vossa incondicional contribuição para o desenvolvimento de Moçambique, permitam-me que termine, estendendo a todos vós os votos de um ano bastante profícuo, no qual o respeito pelas leis seja a tônica dominante.

Com estas palavras e na fé de uma maior eficácia, celeridade e economia na gestão processual, **declaro aberto o Ano Judicial 2020.**

**Muito obrigado pela vossa prestimosa atenção.**